

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO SUL BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL - ASBEAS

TÍTULO I

DA ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Capítulo I DA DENOMINAÇÃO

Art. 1º - A ASSOCIAÇÃO SUL BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL - ASBEAS, anteriormente denominada Congregação das Irmãs dos Pobres de Santa Catarina de Sena - Província de Nossa Senhora da Divina Providência fundada na Cidade e Comarca de Recife, Estado de Pernambuco, em 18 de julho de 1952, registrada neste mesmo dia no 1º Cartório de Registro de Títulos e Documentos de Recife - Pernambuco, sob o nº 504, Livro A - nº 7, Fl. 30, é uma pessoa jurídica de direito privado, associação de fins não econômicos, de caráter filantrópico, assistencial e educacional, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.1556.557/0001-93, e está organizada e rege-se em conformidade com o presente Estatuto e com a Legislação da República Federativa do Brasil.

Parágrafo Único - A ASSOCIAÇÃO SUL BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL é também simplesmente designada pela sigla ASBEAS.

Capítulo II DOS FINS

Art. 2º - A ASBEAS, de caráter beneficente, assistencial, educacional, cultural, de promoção humana e filantrópico, atua como instrumento de promoção, defesa e proteção da infância, da adolescência, da juventude, de adultos e de idosos, em consonância com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o Estatuto do Idoso e as demais legislações pertinentes, e tem por finalidades precípuas:

1. oferecer e desenvolver a educação para o exercício da cidadania e inclusão social;
2. oferecer ações de promoção e proteção à infância, à adolescência e à juventude;
3. amparar e assistir pessoas socialmente excluídas e/ou com vulnerabilidade social, por meio de auxílio financeiro e/ou material;
4. oferecer e desenvolver a educação básica, o ensino superior, o ensino profissionalizante e cursos livres;
5. apoiar associações congêneres ou afins, através de convênio, promovendo atividades conjuntas;
6. desenvolver atividades na área da saúde e da geriatria;
7. promover atividades culturais e de comunicação social, radiodifusão, televisiva e outras;
8. promover atividades de proteção ao meio ambiente e de incentivo à ecologia;
9. amparar e proteger idosos e desabrigados;
10. promover ações de proteção à família;
11. promover iniciativas de esporte e lazer;
12. estimular a promoção social, moral, cultural e econômica dos assistidos e destinatários;
13. promover ações beneficentes e filantrópicas no atendimento de seus assistidos e



764543

destinatários, no interesse social, na promoção da coletividade e do bem comum, com a concessão de gratuidades na prestação de seus bens e serviços e na concessão de uso de seus bens móveis e imóveis;

§ 1º - A **ASBEAS** desenvolve suas atividades diretamente e por meio de Instituições Mantidas, bem como mediante Programas e Projetos em suas áreas de atuação.

§ 2º - A **ASBEAS** procura promover a formação e a qualificação cultural, técnica e profissional de seus associados e funcionários, em suas Instituições Mantidas ou fora delas, no país ou no exterior, custeando-lhes as despesas, para os fins de manutenção e ampliação dos seus serviços beneficentes e educacionais.

§ 3º - O atendimento às suas finalidades estatutárias dar-se-á em conformidade com as suas possibilidades econômicas e financeiras e os critérios de atendimento aos seus assistidos e destinatários poderão ser disciplinados em Regimento Interno ou outro instrumento.

Art. 3º - No atendimento de suas finalidades estatutárias e na sua prestação de serviços, inclusive gratuita, a **ASBEAS** não fará qualquer discriminação de raça, sexo, nacionalidade, idade, cor, credo religioso, político ou condição social, observadas as disposições legais.

Art. 4º - A **ASBEAS**, dentro de suas possibilidades e na medida em que as circunstâncias o permitirem, poderá criar, congregar, dirigir e manter Instituições, Projetos e Programas, em qualquer parte do território nacional, sempre que se enquadrarem em suas finalidades estatutárias.

Parágrafo Único - As atividades das Instituições criadas, congregadas, dirigidas, mantidas, orientadas ou assessoradas pela **ASBEAS** serão supervisionadas por representantes da mesma.

Art. 5º - A **ASBEAS** poderá, ainda, firmar convênios ou contratos de prestação de serviços com outras instituições congêneres ou afins para o melhor atendimento de suas finalidades estatutárias, mesmo que pertençam a outras pessoas, físicas ou jurídicas, inclusive aos poderes públicos, participando, se for o caso, com a cessão de recursos humanos, materiais e financeiros.

Parágrafo Único - O trabalho voluntário poderá ser exercido por qualquer pessoa física ou jurídica, mediante contrato de voluntariado por tempo determinado, sem gerar vínculo empregatício ou financeiro.

Art. 6º - A **ASBEAS** pode colaborar na existência, funcionamento e manutenção de instituições cujas atividades se enquadrem nas suas finalidades estatutárias.

Art. 7º - A **ASBEAS** pode firmar contrato de prestação de serviços e de aquisição de serviços de administração em geral de outras instituições privadas, de natureza congênere a sua ou não.

Art. 8º - A **ASBEAS** pode criar e extinguir Instituições Mantidas, lhes alterar a denominação e as finalidades, observada a legislação em vigor.

Parágrafo Único - A criação ou extinção de Instituições Mantidas será oportunamente comunicada aos órgãos públicos competentes.

3

Eduardo de Rezende Bastos Pereira
Advogado - OAB/MG 44.960

COPIA APRESENTADA
PELA PARTE.

1 FEBRUARY 1971

214

1026A

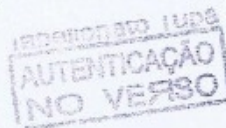
Taboas de Notas e Fichas
1135 - Centro - Tapa - SP - 17500-1
Rua Carlos
1135 - Centro - Tapa - SP - 17500-1

(Faint handwritten notes at the bottom of the page)

1. The first part of the text discusses the importance of maintaining accurate records of all transactions, including sales, purchases, and expenses. It emphasizes that proper record-keeping is essential for determining the correct amount of tax liability.

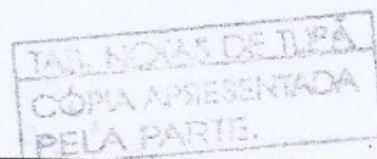
(continued from page 6)

TÍTULO IV

DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO**Capítulo Único**
DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 28 - São Órgãos da Administração da ASBEAS a Assembléia Geral; a Diretoria Geral e o Conselho de Assuntos Econômicos e Fiscais.

Art. 29 - Os membros da Assembléia Geral, da Diretoria Geral, do Conselho de Assuntos Econômicos e Fiscais e os Associados não respondem sequer subsidiariamente pelos encargos e obrigações da ASBEAS, salvo se assumidas com inobservância do presente Estatuto e por extrapolação de mandato.

Seção I
DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 30 - A Assembléia Geral é o órgão máximo deliberativo da ASBEAS.

Art. 31 - A Assembléia Geral é constituída por todos os Associados em pleno gozo dos seus direitos.

Art. 32 - A Assembléia Geral, órgão soberano da ASBEAS, reúne-se ordinariamente uma vez por ano, até o dia 30 (trinta) de abril de cada ano, em local e data fixados pela Diretoria Geral, conforme convocação, ou extraordinariamente sempre que for convocada pelo Diretor Presidente ou por seu substituto legal ou, ainda, por convocação de um quinto (1/5) dos Associados, na forma do Art. 60, da Lei Federal nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002.

Art. 33 - Os Associados serão convocados para a Assembléia Geral com antecedência mínima de dez (10) dias, por meio de Edital de Convocação afixado na sede da ASBEAS ou por outros meios convenientes à critério da Diretoria Geral.

Parágrafo Único - Em caso de urgência e relevância, o Diretor Presidente poderá convocar a Assembléia Geral em prazo inferior a dez (10) dias.

Art. 34 - A Assembléia Geral se instala, funciona e delibera validamente em primeira convocação, para os assuntos em geral, com o mínimo de dois terços (2/3) de seus membros de direito e, em segunda e última convocação, uma hora após, com qualquer número, deliberando pela maioria simples de votos dos presentes.

§ 1º - Os Associados afastados, mesmo que temporariamente, não contarão para efeito de quorum para instalação das Assembléias Gerais.

§ 2º - Não é admitida a representação por procuração.

§ 3º - Os Associados presentes assinarão o Livro de Presença das Assembléias Gerais.

Art. 35 – Nos termos do parágrafo único, do art. 60, da Lei Federal 10.406, de 10 de Janeiro de 2002, para os casos especiais de destituição dos administradores, alteração do estatuto e extinção da ASBEAS, a Assembléia Geral especialmente convocada para esse fim se instala, funciona e delibera validamente em primeira convocação, com a maioria absoluta de seus membros de direito, e, em segunda e última convocação, uma hora após, com o mínimo de um terço (1/3) de seus membros de direito, sendo exigido o voto concorde de dois terços dos presentes para a validade das deliberações.

Art. 36 – Fica assegurado ao Diretor Presidente e, em suas ausências ou impedimentos, ao seu substituto, o voto de desempate nas decisões da Assembléia Geral.

Art. 37 – Compete à Assembléia Geral:

- a) Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto e a Legislação em vigor;
- b) aprovar o regulamento de seu funcionamento, se necessário;
- c) eleger, empossar e destituir os membros da Diretoria Geral e do Conselho de Assuntos Econômicos e Fiscais;
- d) examinar e aprovar o balanço e contas do último exercício encerrado, acompanhados de parecer do Conselho de Assuntos Econômicos e Fiscais.
- e) reformar total ou parcialmente o presente Estatuto, por proposta da Diretoria Geral;
- f) decidir sobre a dissolução ou extinção da ASBEAS e o destino do seu patrimônio social;
- g) admitir e excluir Associados, por proposta da Diretoria Geral;
- h) deliberar sobre penhor, alienação, hipoteca ou quaisquer ônus que incidam sobre os bens imóveis pertencentes à ASBEAS;
- i) deliberar sobre assuntos de qualquer natureza, omitidos no presente estatuto.

Parágrafo Único - Tais competências são privativas da Assembléia Geral nos termos do art. 59, da Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

Art. 38 – As eleições serão realizadas a cada três (03) anos, por escrutínio secreto, através de cédula única, no dia e local designados, em Assembléia Geral especificamente convocada para tal finalidade.

Art. 39 – Os membros da Diretoria Geral e do Conselho de Assuntos Econômicos e Fiscais eleitos tomarão posse em data a ser fixada pela Assembléia que os elegeu, quando receberão as contas, registros e livros passados pelos Diretores e Conselheiros anteriores.

Art. 40 – As atas das Assembléias Gerais, Ordinárias e Extraordinárias, aprovadas no final das mesmas, serão assinadas pelo Diretor Presidente e pelo Diretor Secretário, devendo todos os presentes assinar o Livro de Presença de Assembléias Gerias.

Seção II

DA DIRETORIA GERAL

Art. 41 - A ASBEAS é dirigida e administrada pela Diretoria Geral.

Art. 42 – A Diretoria Geral é composta por sete membros: um Diretor-Presidente, um Diretor Vice-Presidente, um Diretor-Secretário, um Diretor-Tesoureiro e três Diretores Conselheiros eleitos entre os associados.

AUTENTICAÇÃO
NO VERSO

764543

114

Artigo 72 - A totalidade dos recursos econômicos e financeiros previstos neste artigo, bem como todo o patrimônio da ASBEAS, serão integralmente aplicados na consecução de suas finalidades estatutárias.

Art. 73 - As receitas da ASBEAS dividem-se em operacionais e não operacionais, sem prejuízo da sua finalidade não econômica. As operacionais são aquelas provenientes das receitas de serviços prestados; sendo as não operacionais todas as enunciadas no art. 71, bem como o produto do trabalho dos Associados na própria entidade, as aplicações financeiras, locações, fideicomissos constituídos em seu favor e dos que foram instituídos por terceiros, e receitas diversas.

Art. 74 - A ASBEAS aplica as eventuais subvenções e doações recebidas nas finalidades as quais estejam vinculadas.

Art. 75 - A ASBEAS não distribui, não remunera nem concede vantagens ou benefícios aos seus associados ou aos membros da Assembléia Geral, da Diretoria Geral e do Conselho de Assuntos Econômicos e Fiscais, seja a que título for, especialmente lucros, dividendos, bonificações ou vantagens de qualquer espécie, nem parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucro ou de participação nos resultados.

Art. 76 - A ASBEAS aplica, integralmente em território nacional, para a manutenção e a ampliação de suas finalidades estatutárias, na forma da lei, suas rendas e seus recursos, bem como o superávit eventualmente apurado em seus exercícios financeiros.

Art. 77 - A ASBEAS, para melhor atender seus objetivos institucionais, pode aplicar seus excedentes financeiros em instituições de assistência social, educacionais e culturais, que se enquadrem em suas finalidades estatutárias e que objetivem promover a coletividade, mediante a assinatura de contratos, convênios especiais de assistência social e filantrópicos.

Capítulo III

DO BALANÇO PATRIMONIAL E DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Art. 78 - A ASBEAS mantém escrituração das suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades legais, capazes de garantir sua segurança e exatidão, sempre à disposição dos órgãos fiscalizadores competentes.

Art. 79 - Anualmente, até 31 de Dezembro de cada ano, será levantado o Balanço Patrimonial, acompanhado das respectivas demonstrações contábeis.

12.01.2014
TAB. NOTAS DE ILPA
CÓPIA APRESENTADA
PELA PARTE.

12.01.2014
CÓPIA APRESENTADA
PELA PARTE.

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

Art. 1º - A ABAS tem como finalidade promover, organizar, desenvolver e apoiar a realização de eventos culturais, artísticos, esportivos, científicos, tecnológicos e de interesse da comunidade em geral.

Art. 2º - A ABAS tem como sede a Rua da Liberdade, nº 100, no bairro de São João, no município de São Paulo, Estado de São Paulo.

Capítulo III
DA SEÇÃO E DO

Art. 3º - A ABAS tem como objetivo principal promover a realização de eventos culturais, artísticos, esportivos, científicos, tecnológicos e de interesse da comunidade em geral.

Parágrafo Único - A ABAS poderá, por meio de seus dirigentes, celebrar convênios, acordos, contratos e outras modalidades de cooperação com pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, para a realização de seus objetivos.

Capítulo IV
DA DOUTORADO

Art. 4º - A ABAS tem como finalidade promover a realização de eventos culturais, artísticos, esportivos, científicos, tecnológicos e de interesse da comunidade em geral.

Art. 5º - A ABAS tem como finalidade promover a realização de eventos culturais, artísticos, esportivos, científicos, tecnológicos e de interesse da comunidade em geral.

Art. 6º - A ABAS tem como finalidade promover a realização de eventos culturais, artísticos, esportivos, científicos, tecnológicos e de interesse da comunidade em geral.

Art. 7º - A ABAS tem como finalidade promover a realização de eventos culturais, artísticos, esportivos, científicos, tecnológicos e de interesse da comunidade em geral.

Art. 8º - A ABAS tem como finalidade promover a realização de eventos culturais, artísticos, esportivos, científicos, tecnológicos e de interesse da comunidade em geral.

Art. 9º - A ABAS tem como finalidade promover a realização de eventos culturais, artísticos, esportivos, científicos, tecnológicos e de interesse da comunidade em geral.

Art. 10º - A ABAS tem como finalidade promover a realização de eventos culturais, artísticos, esportivos, científicos, tecnológicos e de interesse da comunidade em geral.

FIM BRANCO

ATA
ATA
ATA

10-10-74

13/03/2014, terça-feira, 13h03
 LUIS HENRIQUE PASSOS DA SILVA - TABELAO MESIADO
 RICHARD GRANIERI - SUBSTITUO TABELAO
 LARISSA PIZANI - ESCREVENTE
 VICTOR LUCAS OLIVEIRA PASSOS - ESCREVENTE
 FERNANDA RUIZ E SILVA - ESCREVENTE
 Valores R\$ 2,60. Valido somente com o selo de autenticidade.

Luis Henrique Penabaz da Silva
 Tabelionato de Notas e Proventos de Tule
 Rua Carlos M. de Souza - 1760 - 1760-110
 Fone: (11) 3333-3333

[Faint, illegible text from reverse side of page]

100

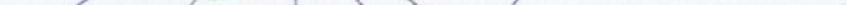
10-10-68

Value: Rs 2.69. Value Sampled Lm 8 3010

107

11/11/1971

Lilia Henriques Passalunghi
 Rua Celso, 1155 - Centro - LULA - SP - 11600-140
 Telefone: (11) 3141-1700 - www.campolula.com.br



107) Memoria resistiva (memoria a lungo termine)

Letras e T

75 13 43
IDENTIFICAÇÃO
NO VERBO

TÍTULO VI

DO PATRIMÔNIO SOCIAL E DA ORGANIZAÇÃO CONTÁBIL E FINANCEIRA

Capítulo I **DO PATRIMÔNIO**

Art. 68 – A **ASBEAS** pode possuir, a título de propriedade ou de usufruto, todos os bens móveis e imóveis necessários à realização de seus fins, bem como exercer prestação remunerada de serviços visando a sua finalidade.

Art. 69 – O patrimônio social da **ASBEAS** é constituído por todos os bens móveis ou imóveis, máquinas, equipamentos e semoventes que possui documentados em seu nome, aqueles dos quais detém a posse, e por todos aqueles que vier a adquirir, assim como por todos os legítimos direitos que possua ou venha a possuir, bem como por bens, títulos, direitos e obrigações atualmente existentes; patentes, títulos de propriedade intelectual e comercial; que possui ou venha a possuir, criar ou incorporar; obras de arte ou objetos de valor histórico e/ou comercial sob a guarda de seus Associados, inclusive aqueles pertencentes às suas Instituições Mantidas, mesmo os que venham a ser criados ou incorporados..

Art. 70 – Para os fins de fruição dos benefícios do artigo 150, inciso VI, letra “c” da Constituição Federal de 1988, que veda à União, aos Estados membros da Federação, ao Distrito Federal e aos Municípios, instituírem impostos sobre as instituições de educação e de assistência social, observados os requisitos do artigo 9º, inciso IV, letra “c”, combinado com o artigo 14 do Código Tributário Nacional, a **ASBEAS** cumpre integralmente suas obrigações decorrentes de tal legislação, ou seja:

- a) não distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título;
- b) aplica integralmente, no país, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;
- c) mantém escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão;
- d) não remunera Dirigentes e/ou Associados.

Capítulo II **DOS RECURSOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS**

Art. 71 – Os recursos econômicos e financeiros da **ASBEAS** são os provenientes de:

- a) Donativos, legados e doações de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras;
- b) receitas decorrentes de contratos ou convênios de prestação de serviços;
- c) receitas assistenciais e filantrópicas;
- d) auxílios e subvenções dos Poderes Públicos Municipal, Estadual, Distrital ou Federal;
- e) receitas ou rendas de seus bens, direitos ou serviços;
- f) receitas de mensalidades, semestralidades, anuidades, taxas e demais rendas recebidas de serviços educacionais e/ou outros;
- g) receitas de bens móveis ou imóveis, que possua ou venha a possuir, criar ou incorporar;
- h) contribuições de cooperadores, benfeitores e amigos;
- i) eventuais outras receitas, rendas ou rendimentos, inclusive as provenientes de suas atividades sociais.

TAJ 101302144
CÓPIA APRESENTADA
PELA PARTE.

30

1. VICTOR LUCAS OLIVEIRA PASSOS - ESCREVA
2. FERRAMANA QUIZ E SILVA - ESCREVA
3. VICTOR LUCAS OLIVEIRA PASSOS - ESCREVA

~~RICHARD GAVIERI - SUBSTITUTO TABELLINO~~

Handwritten text: *Handwritten text is visible on the document, including "Handwritten text" and "Handwritten text".*

28

1. The first step is to identify the problem or question that needs to be answered. This involves understanding the context and the specific requirements of the task.

RECEBIDO
AUTENTICAÇÃO
NO VERB. 1

764543

4/11

Assuntos Econômicos e Fiscais seus pareceres e o resultado dos exames acima referidos; exarar no mesmo Livro e apresentar à Assembléia Geral, anualmente, parecer sobre os negócios e as operações sociais do exercício em que servirem, tomando por base o balanço patrimonial e o de resultado econômico; exarar parecer, quando solicitado, sobre assuntos econômicos, financeiros, administrativos, patrimoniais e contábeis, bem como opinar sobre a aquisição e alienação de bens; denunciar os erros, fraudes ou crimes que eventualmente descobrirem, sugerindo providências úteis à ASBEAS.

Art. 56 - O Conselho de Assuntos Econômicos e Fiscais reúne-se ordinariamente a cada seis meses e, extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação de seu Presidente ou do Diretor-Presidente da ASBEAS.

Art. 57 - Para o exercício de suas funções, o Conselho de Assuntos Econômicos e Fiscais pode ser assessorado por técnicos, peritos, auditores externos e profissionais qualificados, desde que autorizados pela Diretoria Geral, contratados às expensas da ASBEAS.

Art. 58 - Os membros suplentes do Conselho de Assuntos Econômicos e Fiscais podem participar de suas reuniões sem direito a voto.

TÍTULO V

DAS INSTITUIÇÕES MANTIDAS

CÓPIA APRESENTADA
PELA PARTE.

Capítulo I

DA CONSTITUIÇÃO DAS INSTITUIÇÕES MANTIDAS

Art. 59 - As Instituições Mantidas pela ASBEAS compreendem obras sociais, centro de saúde e hospitalares, centros comunitários, instituições de ensino, centros de formação, centros culturais, meios de comunicação social e editoração e outras Instituições de acordo com as suas finalidades estatutárias.

Art. 60 - As Instituições Mantidas, sem personalidade jurídica própria, são de responsabilidade exclusiva da ASBEAS.

Art. 61 - Todas as Instituições Mantidas, incluindo as novas que se criarem, regem-se pelo presente Estatuto, compondo uma única associação sem fins econômicos, e não são autônomos por possuírem o mesmo registro da ASBEAS junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) da Receita Federal.

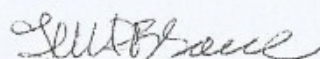
Art. 62 - As contas bancárias de cada estabelecimento mantido são registradas em nome de ASSOCIAÇÃO SUL BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL ou ASBEAS, seguidas da denominação histórica ou do nome fantasia de cada estabelecimento.

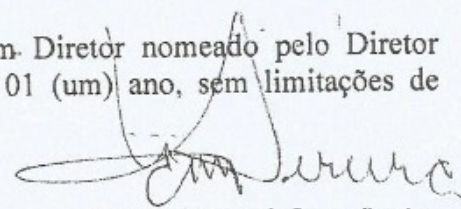
Capítulo II

DA DIREÇÃO DAS INSTITUIÇÕES MANTIDAS

Art. 63 - As Instituições Mantidas são dirigidas por um Diretor nomeado pelo Diretor Presidente, eleito pela Diretoria Geral, com mandato de 01 (um) ano, sem limitações de renovação e demissível *ad nutum*.






Eduardo de Rezende Bastos Pereira
Advogado - OAB/MG 44.960

[illegible]

1. The first step is to identify the problem or question that needs to be answered. This involves understanding the context and the specific requirements of the task.

764543
AUTENTICAÇÃO
NO VETRO

764543

[Handwritten signature]

e) substituir o Diretor Vice-Presidente em casos de vacância ou eventuais impedimentos.

Art. 52 - Compete ao Diretor-Tesoureiro:

- a) organizar e dirigir a Tesouraria e a Contabilidade, bem como manter a escrituração das receitas e despesas da ASBEAS em livros revestidos da formalidades legais que assegurem a respectiva exatidão;
- b) fazer a movimentação dos valores mobiliários, assinando os papéis respectivos conjuntamente com o Diretor Presidente ou com um dos seus Procuradores;
- c) exercer o controle sobre a contabilidade dos estabelecimentos mantidos pela ASBEAS;
- d) fazer publicar, anualmente, o Demonstrativo das Receitas e Despesas e o Balanço Patrimonial da ASBEAS;
- e) conservar e promover os bens da ASBEAS;
- f) zelar pelo equilíbrio financeiro da ASBEAS e pelo registro da parte contábil, de acordo com as instruções do Diretor Presidente;
- g) levar à Diretoria Geral, para a devida apreciação e oportuna aprovação, assuntos de natureza econômica e financeira de interesse da ASBEAS;
- h) abrir, movimentar, encerrar contas bancárias e assinar cheques, bem como emitir e endossar cheques e ordens bancárias, em nome da ASBEAS, conjuntamente com o Diretor Presidente ou com outro procurador legalmente constituído.

Parágrafo Único - Na ausência concomitante do Diretor-Presidente e do Diretor-Tesoureiro, os cheques são assinados por dois procuradores devidamente constituídos.

Art. 53 - Compete aos Diretores Conselheiros colaborar com o Diretor-Presidente nas tarefas que lhes forem atribuídas.

TAL
CÓPIA APRESENTADA
PELA PARTE.

Seção IV
DO CONSELHO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS E FISCAIS

Art. 54 - O Conselho de Assuntos Econômicos e Fiscais é órgão autônomo composto de três (03) membros associados titulares e três (03) membros associados suplentes eleitos pela Assembléia Geral.

§ 1º - Será eleito pelos seus pares um Presidente e um Secretário entre os membros efetivos do Conselho de Assuntos Econômicos e Fiscais.

§ 2º - O mandato será de três (03) anos, permitida até três (03) reeleições para novos mandatos de igual período.

§ 3º - O mandato dos membros do Conselho de Assuntos Econômicos e Fiscais coincide com o dos membros da Diretoria Geral.

§ 4º - Em caso de impedimento de um membro efetivo, assumirá a função um dos suplentes.

Art. 55 - Compete ao Conselho de Assuntos Econômicos e Fiscais examinar os livros de escrituração e de registro contábeis, balancetes, e todos os documentos financeiros e apreciar os inventários que acompanham o Relatório e o Balanço Anual da ASBEAS, emitindo parecer; examinar e conferir a exatidão dos livros de escrituração da entidade, juntamente com o balanete apresentado pela Diretoria Geral; lavrar no Livro de Atas do Conselho de

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
Eduardo de Rezende Bastos Pereira
Advogado - OAB/MG 44.960

Fica garantido à ASBEAS, através de sua Diretoria Geral, fixar os valores mínimos e máximos que podem ser recolhidos, conforme faculta a Lei nº 6.696, de 08 de outubro de 1979.

Parágrafo Único - A manutenção e a subsistência garantidas pela ASBEAS aos Associados, bem como a responsabilidade pelos recolhimentos previdenciários, não gera vínculo empregatício entre os Associados e a ASBEAS.

Art. 21 - Os Associados que deixarem de cumprir os deveres e as obrigações estatutárias, ou mantiverem condutas que venham a macular a imagem da ASBEAS, ou ainda por outros motivos, poderão sofrer as seguintes penalidades, mediante deliberação da Diretoria Geral e da Assembléia Geral:

- a) Advertência escrita;
- b) Suspensão, por até 90 (noventa) dias, sem direito a voto nas Assembléias Gerais;
- c) Exclusão da ASBEAS.

Art. 22 - Os Associados, pela demissão, saída, abandono, renúncia ou outra forma qualquer de exclusão da ASBEAS, não farão jus a pleito ou reclamação de direitos, indenizações, restituições, subsídios, prestações de alimentos, sob qualquer forma, título ou pretexto, por possuírem a simples condição de Associado.

Art. 23 - Da mesma forma os Associados nada poderão exigir pelo tempo que permanecerem na ASBEAS, nem pelo trabalho realizado dentro ou fora de suas Instituições Mantidas.

Art. 24 - Nos termos do Art. 56 e seu parágrafo único, da Lei Federal 10.406, de 10 de Janeiro de 2.002, a condição de Associado existe em caráter personalíssimo entre este e a ASBEAS, não sendo passível de transmissão a herdeiro ou sucessor a qualquer título.

Art. 25 - Os associados respondem solidariamente, e mesmo isoladamente, quando praticarem qualquer ato em nome da ASBEAS com infração do presente Estatuto ou por excesso de mandato, salvo se forem aprovados em Assembléia Geral ou pela Diretoria Geral, conforme o caso.

Art. 26 - Os Associados não respondem subsidiariamente pelas obrigações que, expressa ou intencionalmente, forem contraídas em nome da ASBEAS, nem pelos atos praticados pela Diretoria Geral, qualquer dos Associados ou empregados em conformidade com a Lei e com o presente Estatuto.

Art. 27 - É vedada a cotização sob qualquer forma ou pretexto.

INSTITUTO DE
AUTENTICAÇÃO
NO VERSO

INSTITUTO DE
CÓPIA APRESENTADA
PELA PARTE.

IntBanc

Eduardo de Rezende Bastos Pereira
Advogado - OAB/MG 44.960

COMPROVAÇÃO
AUTENTICAÇÃO
NO VERSO

764543

49

Seção III

DA COMPETÊNCIA ESPECÍFICA DOS MEMBROS DA DIRETORIA GERAL

Art. 49 - Compete ao Diretor Presidente:

- a) cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto, e as deliberações da Assembléia Geral e da Diretoria Geral;
- b) convocar e presidir a Assembléia Geral, bem como as reuniões da Diretoria Geral e do Conselho de Assuntos Econômicos e Fiscais, quando for o caso;
- c) promulgar as decisões da Assembléia Geral e da Diretoria Geral;
- d) representar a ASBEAS, ativa e passivamente, judicial e extra-judicialmente, em suas relações com terceiros;
- e) nomear e exonerar, a qualquer tempo, os Diretores das Instituições Mantidas, respeitada a legislação pertinente, ouvida a Diretoria Geral;
- f) gerir a administração ordinária da ASBEAS;
- g) designar mandatários, nomear procuradores e outros, para representá-lo nos atos de sua estrita competência;
- h) constituir advogados, conferindo-lhes os poderes que julgar necessários, inclusive os especiais de transigir, confessar, desistir, firmar compromissos, receber e dar quitação e substabelecer;
- i) abrir, movimentar e encerrar contas bancárias, bem como emitir e endossar cheques e ordens bancárias, em nome da ASBEAS, conjuntamente com o Diretor-Tesoureiro ou com outro procurador legalmente constituído;
- j) receber, em nome da ASBEAS, por si ou seus procuradores devidamente constituídos, doações de pessoas físicas ou jurídicas, bem como verbas de entidades públicas, nacionais e internacionais;
- k) firmar, por si ou seus procuradores, convênios ou outros compromissos entre a ASBEAS e entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;
- l) Comprar, vender, alienar, onerar, gravar, compromissar ou doar ou receber em doação bens imóveis em nome da ASBEAS, quando autorizada pela Diretoria Geral;
- m) exercer o voto de desempate nas Assembléias Gerais e nas reuniões da Diretoria Geral.

Art. 50 - Compete ao Diretor Vice-Presidente:

- a) auxiliar o Diretor-Presidente no exercício de suas funções;
- b) substituí-lo em casos de vacância ou eventuais impedimentos;
- c) desempenhar os encargos que lhe forem cometidos pelo Diretor-Presidente ou pela Assembléia Geral.

TRATAMENTO DE LEI
CÓPIA APRESENTADA
PELA PARTE.

Parágrafo Único - Em caso de morte ou renúncia do Diretor-Presidente, assumirá o cargo o Diretor Vice-Presidente, que deverá convocar Assembléia Geral Eletiva no prazo máximo de seis meses, na forma do presente Estatuto.

Art. 51 - Compete ao Diretor-Secretário:

- a) exercer as funções habituais deste cargo, mantendo em ordem todos os serviços próprios e peculiares da secretaria;
- b) lavrar as atas das sessões da Assembléia Geral e da Diretoria Geral;
- c) Fazer o expediente da correspondência epistolar, avisos e circulares;
- d) manter atualizado, em livro destinado a este fim, o registro do Quadro de Associados;

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

() VILHAR LUCAS ALMEIDA FREITAS - TRABALHEIRO
 () FERNANDA RUIZ E SILVA - ESCREVENTE
 Valor: R\$ 2,60. Valido somente com o selo de autenticidade.

[illegible]

50 LAGOS
MENTO
JANTAO
50 LAGOS

[Handwritten signature]

[illegible]

reprezentativitate exclusivă de ASUBAS

1. Nome do candidato: _____



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 15.156.557/0018-31 FILIAL	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 25/02/2014
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO SUL BRASILEIRA DE EDUCACAO E ASSISTENCIA SOCIAL - ASBEAS		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) LAR SANTO ANTONIO	PORTE DEMAIS	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 88.00-6-00 - Serviços de assistência social sem alojamento		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 87.30-1-99 - Atividades de assistência social prestadas em residências coletivas e particulares não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada		
LOGRADOURO R POTIGUARAS	NÚMERO 1430	COMPLEMENTO *****
CEP 17.600-120	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO TUPA
UF SP	ENDEREÇO ELETRÔNICO CONTABILIDADE@ASBEAS.COM.BR	
TELEFONE (81) 3334-1158/ (81) 3334-1160		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 25/02/2014	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **21/09/2020** às **10:26:06** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

ATA DA REUNIÃO DA DIRETORIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO SUL BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL – ASBEAS, INSCRITA NO CNPJ/MF Nº 15.156.557/0001-93. REALIZADA EM RECIFE – ESTADO DE PERNAMBUCO, NO DIA 02 DE JANEIRO DE 2020

Aos 02 (dois) dias do mês de janeiro do ano de 2020, por convocação da Sra. Diretora Presidente **COSMIRA CORREIA SANTOS**, reuniram-se todos os membros da Diretoria Geral da **ASSOCIAÇÃO SUL BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ASSISTENCIA SOCIAL – ASBEAS**, às 8h, para tratar da seguinte ORDEM DO DIA: "Eleição das Diretoras das Instituições Mantidas". Aberta a reunião, a Sra. Diretora Presidente assim se expressou: "Em cumprimento ao contido no artigo 47, alínea "d", do seu Estatuto, dever-se-á proceder a eleição das Diretoras das Instituições Mantidas". Ato contínuo, a Diretora Secretária distribuiu entre os presentes a lista dos nomes de todas as Associadas e a relação de todas as **Mantidas da ASBEAS**. Após uma breve pausa, a Diretora Presidente propôs dar início à eleição atendendo o objetivo desta reunião. A Diretora das Instituições Mantidas fica assim constituída para o ano de 2020: **01 – Colégio Santa Catarina, CNPJ/MF 15.156.557/0003-55. AUDENIZA FERNANDES DE SOUSA LIMA, CPF/MF 023.074.044-81; 02 - Colégio de São José, CNPJ/M 15.156.557/0006-06: MONICA SILVA BRANDÃO, CPF/MF 395.679.905-49; 03 - Colégio Madre Savina Petrilli, CNPJ/MF 15.156.557/0008-60: MAYANE GUIMARÃES MACHADO, CPF/MF 229.161.804-00; 04 - Instituto Nossa Senhora de Fátima, CNPJ/MF 15.156.557/0004-36. MARIA DAS DORES BARBOSA, CPF/MF 229.161.804-00; 05 - Lar Santa Catarina, CNPJ/MF 15.156.557/0007-89: LUZIA CRISTINA SILVA SANTOS, CPF/MF 010.571.275-23; 06 - Fraternidade Madre Savina Petrilli, CNPJ/MF 15.156.557/0011-65: MARIA HELENA DO NASCIMENTO, CPF/MF 435.143.835-53; 07- Fraternidade São José, CNPJ/MF 15.156.557/0012-46: LÚCIA BEATRIZ ROCHA CPF/MF 337.090 844-15; 08 – Fraternidade Rainha da Paz, CNPJ/MF 15.156.557/0014-08: MARIA LIRA DE SOUZA, CPF/MF 482.530.904-63; 09 - Fraternidade Santa Catarina, CNPJ/MF 15.156.557/0015-99: DIVANILDA DE OLIVEIRA, CPF/MF 816.343.824-04; 10 – Escola Daniel Rebouças, CNPJ/MF 15.156.557/0002-74: ANNE MICHELYNE COSTA SANTOS, CPF/MF 049.290.004-32; 11 - Centro de Repouso São José Pedro Soares de Andrade, CNPJ/MF 15.156557/0017-50: ROSA DIAS NOUGUEIRA, CPF/MF 126.607.955-68; 12 - Lar Santo Antônio, CNPJ/MF 15.156.557/0018-31: IVONETE DE OLIVEIRA, CPF/MF 624.342 9324-53. Nada mais havendo a tratar ou a discutir a Diretora Presidente Cosmira Correia Santos, às 12h deu por encerrada a presente reunião. Eu, Elisabete Bezerra Câmara, na qualidade de Diretora Secretária desta reunião, lavrei a presente Ata, que lida e achada conforme foi aprovada, por unanimidade, por todos os membros da Diretoria Geral. Elisabete Bezerra Câmara, Diretora Secretária. Recife, 02 de janeiro de 2020.**



OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
TUPA - SP.
AUTENTICAÇÃO: Autentico a presente cópia reprográfica
conforme original a mim apresentado, do que dou fé.

27 FEV. 2020

Valido somente com o selo de autenti-
cação Colégio Notarial do Brasil, Seção São Paulo.

Elisabete Bezerra Câmara

Elisabete Bezerra Câmara

Brasileira, solteira, religiosa, residente e domiciliada na
Estrada do Arraial, nº 2740 – Casa Amarela – Recife – PE.

RG 55.955.629-9 - SSP-SP

CPF/MF sob o nº 352.363.025-87

Diretora Secretária

Cosmira Correia Santos

Cosmira Correia Santos

Brasileira, solteira, religiosa, residente e domiciliada na
Estrada do Arraial, nº 2740 – Tamarineira – Recife – PE.

RG 02038564-14 SSP/BA

CPF/MF sob o nº 364.477.655-53

Diretora Presidente

Patrícia Sousa Santos

Patrícia Sousa Santos

Brasileira, solteira, religiosa, residente e domiciliada na
Estrada do Arraial, nº 2740 – Tamarineira – Recife – PE.

RG 8.730.239 SDS/PE

CPF/MF sob o nº 949.059.595 – 00

Diretora Tesoureira

Lúcia Beatriz Rocha

Lúcia Beatriz Rocha

Brasileira, solteira, religiosa, residente e domiciliada na
Estrada do Arraial, nº 2740 – Tamarineira – Recife – PE.

RG 27554434-5 SSP/SP

CPF/MF sob o nº 337.090.844-15

Diretora Vice Presidente

Maria Helena do Nascimento

Maria Helena do Nascimento

Brasileira, solteira, religiosa, residente e domiciliada na
Estrada do Arraial, nº 2740 – Tamarineira – Recife – PE.

RG 432800131 – SSP/BA

CPF/MF sob o nº 435.143.835-53

Diretora Conselheira

Ivonete de Oliveira

Ivonete de Oliveira

Brasileira, solteira, religiosa, residente e domiciliada na
Estrada do Arraial, nº 2740 – Tamarineira – Recife – PE.

RG 870.638 SSP/AL

CPF/MF sob o nº 624.342.924-53

Diretora Conselheira



Daiane Gava
Escrevente

Divanilda de Oliveira

Divanilda de Oliveira

Brasileira, solteira, religiosa, residente e domiciliada na
Estrada do Arraial, nº 2740 – Tamarineira – Recife – PE.

RG 1017452 SSP/AL

CPF/MF sob o nº 816.343.824-04

Diretora Conselheira

VISTO DO ADVOGADO

Francisco Teixeira Júnior

OAB/PE Nº 12.902

CPF/MF Nº 420.614.404-44



AU1202AA046495



Daiane Gava
Escritor

TÍTULO III

DOS ASSOCIADOS**Capítulo Único**
DOS ASSOCIADOS

Art. 15 – São Associados da ASBEAS os que forem admitidos pela Assembléia Geral, por propositura da Diretoria Geral, e se encontrem devidamente inscritos e registrados no Livro de Registro de Associados.

Art. 16 – O número de Associados é ilimitado.

Art. 17 – Perde a condição de Associado aquele que por iniciativa própria deixar ou abandonar a ASBEAS e, ainda com observância das determinações contidas no Art. 57, da Lei Federal 10.406, de 10 de Janeiro de 2002, os que forem excluídos por deliberação da Assembléia Geral, assegurada a ampla defesa.

Art. 18 – São deveres do Associado:

- a) Cumprir o presente Estatuto, a Legislação em vigor, as deliberações e as determinações da Assembléia Geral e da Diretoria Geral;
- b) contribuir com o seu trabalho e dedicação à consecução das finalidades expressas no presente Estatuto, incumbindo-se dos cargos e ofícios que lhes forem atribuídos, sem direito a salários, indenizações, compensações ou remunerações de qualquer espécie ou natureza, a título algum ou pretexto;
- c) manter conduta compatível com os objetivos sociais da ASBEAS;
- d) zelar para que os bens sociais estejam sempre a serviço das finalidades estatutárias da ASBEAS;
- e) zelar pelo bom nome da ASBEAS.

Art. 19 – São direitos do Associado:

- a) Exercer voz ativa e passiva na ASBEAS, observadas as limitações impostas pela legislação em vigor e as previstas neste Estatuto, podendo votar e ser votado para os cargos eletivos;
- b) participar de todas as atividades da ASBEAS;
- c) convocar Assembléia Geral, com requerimento subscrito por, no mínimo, um quinto (1/5) dos Associados;
- d) sugerir à Diretoria Geral medidas ou providências que visem o aperfeiçoamento da ASBEAS;
- e) denunciar qualquer ato ou resolução que fira a legislação vigente da República Federativa do Brasil e o Estatuto da ASBEAS;
- f) ser assistido pela ASBEAS em suas necessidades e em sua subsistência, com base nos direitos fundamentais da pessoa humana.

Art. 20 - A ASBEAS garante aos associados a sua manutenção e a sua subsistência, e recolhe para os seus Associados as contribuições previdenciárias, na condição de segurado autônomo.

Art. 43 - O mandato da Diretoria Geral é de três (03) anos, sendo permitida até três (03) reeleições por períodos iguais e consecutivos.

Art. 44 - A Diretoria Geral exercerá seu mandato até a posse da nova Diretoria Geral eleita, ainda que vencido seu prazo.

Art. 45 - Os membros da Diretoria Geral exercem seus cargos gratuitamente, sem direito a qualquer espécie de remuneração.

Art. 46 - A Diretoria Geral se reúne sempre que convocada pelo Diretor Presidente, ou seu substituto legal, deliberando por maioria simples de voto dos presentes.

Art. 47 - Compete à Diretoria Geral:

- 764543
- Art. 47 - Compete à Diretoria Geral:
- Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto, a Legislação em vigor e as decisões da Assembléia Geral;
 - dirigir e administrar a ASBEAS, com os poderes para praticar todos os atos concernentes aos fins da entidade de acordo com o presente Estatuto,;
 - propor à Assembléia Geral a admissão ou a exclusão de Associados, observadas determinações contidas no Art. 57 e seu parágrafo único, da Lei Federal 10.406, de 10 de Janeiro de 2002;
 - eleger os Diretores das Instituições Mantidas;
 - criar cargos e funções, órgãos e comissões, nomear seus titulares e definir as competências, bem como contratar e demitir empregados;
 - propor à Assembléia Geral a reforma do presente Estatuto;
 - criar, modificar ou extinguir Instituições Mantidas, bem como instituir Projetos e Programas;
 - aprovar compra, venda, cessão ou doação dos bens móveis e imóveis da ASBEAS;
 - aprovar o Regimento Interno da ASBEAS, se necessário;
 - elaborar o balanço do exercício findo e apresentá-lo ao Conselho de Assuntos Econômicos e Fiscais e à Assembléia Geral;
 - supervisionar as Instituições Mantidas e Conveniadas, aprovando o seu programa anual de atividades;
 - pleitear e receber donativos, doações e subvenções;
 - interpretar os dispositivos estatutários e resolver os casos omissos de conformidade com as leis específicas que regem o assunto, *ad referendum* da Assembléia Geral.

Parágrafo Único - As deliberações da Diretoria Geral devem ser registradas no Livro de Atas da Diretoria Geral.

Art. 48 - É expressamente vedado, sendo nulo de pleno direito, que a Diretoria e/ou os membros prestem empréstimos, aval ou endosso a favor de terceiros, em nome da ASBEAS.

764543

RECEBIDO 11/11/04
AUTENTICAÇÃO
NO VERSO

764543

764543

764543

764543

Eduardo de Rezende Bastos Pereira
Advogado - OAB/MG 44.960

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DA COMARCA DE TUPÃ
ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Caetés nº 1121, Centro - fone (14)34963205, CEP 17600-410
Bel. Laerte Franco Arruda, Oficial

CERTIDÃO

O Oficial de Registro Civil de Pessoa Jurídica da Comarca de Tupã, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 51.507.101/0001-94,

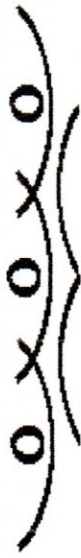
CERTIFICA, atendendo ao pedido escrito feito por pessoa interessada que recebeu o nº 933, que revendo neste Ofício os livros de Registro Civil de Pessoa Jurídica, deles, verificou constar registrado sob nº 1355, em 25 de fevereiro 2014, o Estatuto Social da Associação Sul Brasileira de Educação e Assistência Social ASBEAS. CERTIFICA MAIS que, as cópias do estatuto social cujo teor compõe esta certidão, em cópia(s) reprográfica(s) contendo dezenove (19) páginas numeradas e rubricadas, o qual tem o mesmo valor do(s) respectivo(s) original(is), de acordo com os art.s 217 do Código Civil (Lei 10.406/2002) e 161 da Lei de Registros Públicos (Lei 6.015/73), é o primeiro documento arquivado no processo da referida entidade. Nada mais com relação ao pedido feito.

51.507.101/0001-94
OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS
EDOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
RUA CAETÉS Nº 1121
CENTRO - CEP 17600-410
TUPÃ - SP

Tupã, 05 de março de 2014.

Laerte Franco Arruda Junior
Substituto do Oficial

Valor cobrado p/ Certidão
Ofício..... R\$30,56
Estado..... R\$ 8,84
Carteira..... R\$ 6,42
Reg.Civil..... R\$ 1,56
Trib. Justiça.... R\$ 1,56
TOTAL..... R\$48,94



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE
TUPÃ / SP

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TUPÃ

CERTIFICADO DE REGISTRO

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, atendando o quanto previsto no parágrafo 1º do artigo 90 c/c o artigo 91 da Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente e o inciso XII e XVI do artigo 10 da Lei Municipal 3.613 de 26 de junho 1996, após analisar os documentos necessários para a inscrição neste conselho e por decisão de sua maioria, confere:

“REGISTRO DE FUNCIONAMENTO”

A ASSOCIAÇÃO SUL BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL ASBEAS-LAR SANTO ANTONIO, Cadastrada no CNPJ sob o nº 15.156.557/0018-31 – filia com sede na Rua: Potiguaras, nº 1430 – Centro, nesta cidade de Tupã-SP, representada por sua Diretora Presidente **Elisabete Bezerra Câmara**. Devidamente inscrita neste conselho sob o nº Com validade de 12 meses a partir da presente data, podendo ser suspensa sua validade se não mantidas as condições mínimas atuais de funcionamento.

Estância Turística de Tupã – SP, 24 de setembro de 2020.


Silas Gomes Duarte
Presidente do CMDCA de Tupã

Comprovante de Inscrição

Conselho Municipal de Assistência Social de Tupã - COMAS

INSCRIÇÃO Nº 0029

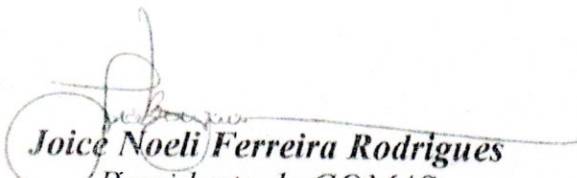
A ASSOCIAÇÃO SUL BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL - ASBEAS - Lar Santo Antonio, CNPJ nº 15.156.557/0018-31, com sede na Rua Potiguaras, nº 1430, Centro, é inscrita neste Conselho, sob número **0029**, desde 28/02/2014.

A ASBEAS - Lar Santo Antônio executa o serviço socioassistencial:

- **Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes de 06 até 15 anos.**

A presente inscrição é por tempo indeterminado.

Tupã (SP), 27 de Abril de 2020.

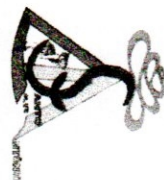


Joice Noeli Ferreira Rodrigues
Presidente do COMAS
RG. 40.173.984-3

ASSOCIAÇÃO SUL BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

ASBEAS – Lar Santo Antônio
CNPJ.: 15.156.557/0018-31

Rua Potiguaras 1430 - CEP: 17600-120 - Centro
 Fone: (14) 3496-1881 FAX (14) 3491-3225
 E-mail: lola.antonio@gmail.com



Entidade: Associação Sul Brasileira de Educação e Assistência Social – Lar Santo Antônio
 Programa / Projeto: Amores de Savina I e II
 Tipo de Atendimento: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de ambos os sexos na faixa etária de 04 a 06 e 06 a 15 anos
 METAS /Mês: Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - 110

CRONOGRAMA DE DESPESAS - DE NOVEMBRO 2018 A OUTUBRO/2019

ITEM	nov/18	dez/18	jan/19	fev/19	mar/19	abr/19	mai/19	jun/19	jul/19	ago/19	set/19	out/19	TOTAL
Recursos humanos	23.203,38	23.613,69	21.529,45	20.559,90	24.345,06	22.107,41	21.719,00	22.301,05	20.416,84	25.226,15	21.408,92	21.700,29	268.131,14
Encargos Sociais	2.207,66	1.933,63	1.918,88	2.050,36	4.680,15	1.992,14	1.974,31	1.951,05	7.405,03	2.405,99	2.114,71	2.039,09	32.673,00
Despesas Administrativas - Materiais de Consumo e Serviços	10.159,76	9.255,01	8.628,39	4.354,25	6.742,88	10.117,32	13.195,39	5.222,89	20.907,09	16.150,53	6.395,76	4.298,63	115.427,90
Pagamento de aluguel													-
Despesas Administrativas - Água/Luz/Telefone/Internet	3.741,29	3.951,80	3.040,51	3.039,05	2.854,51	3.063,18	3.865,23	4.297,70	3.900,64	3.835,54	5.067,33	5.086,95	45.743,73
Despesas Financeiras - Tarifas Bancárias	286,70	273,90	233,80	195,80	273,60	302,90	302,60	285,40	307,15	268,80	327,00	230,80	3.288,45
Despesas com Serviços Prestados - Pessoa Física e Pessoa Jurídica						300,00	300,00	300,00	600,00				1.500,00
Outros/Despesas Financeiras	290,39	280,27	204,16	202,75	322,23	201,45	228,97	201,45	214,16	209,48	221,65	306,80	2.883,76
TOTAL	39.889,18	39.308,30	35.555,19	30.402,11	39.218,43	38.084,40	41.585,50	34.559,54	53.750,91	48.096,49	35.535,37	33.662,56	469.647,98

ASSOCIAÇÃO SUL BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

ASBEAS – Lar Santo Antônio
CNPJ.: 15.156.557/0018-31



Rua Potiguaras 1430 - CEP: 17600-120 - Centro
Cx. P. 104 - Fone: (14) 3496-1881 FAX (14) 3491-3225
E-mail: lake.antonio@gmail.com

Entidade: Associação Sul Brasileira de Educação e Assistência Social – Lar Santo Antônio
Programa / Projeto: Amores de Savina I e II
Tipo de Atendimento: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de ambos os sexos na faixa etária de 04 a 06 e 06 a 15 anos
METAS /Mês: Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - 110

CRONOGRAMA MENSAL DE RECEITAS - Novembro de 2018 a Outubro 2019

FONTES DE RECURSOS

MÊS	MUNICIPAL	ESTADUAL	FEDERAL	PRÓPRIOS	TOTAL GERAL
nov/18	11.734,00	-			11.734,00
dez/18	11.734,00	5.410,34			17.144,34
jan/19	-	2.705,17			2.705,17
fev/19	17.600,00	-			17.600,00
mar/19	8.800,00	5.410,34			14.210,34
abr/19	8.800,00	2.705,17			11.505,17
mai/19	8.800,00	2.705,17			11.505,17
jun/19	8.800,00	2.705,17			11.505,17
jul/19	8.800,00	2.705,17			11.505,17
ago/19	8.800,00	2.705,17			11.505,17
set/19	8.800,00	2.705,17			11.505,17
out/19	8.800,00	-			8.800,00
Valor total	111.468,00	47.814,53	-	-	141.224,87

ASSOCIAÇÃO SUL BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

ASBEAS – Lar Santo Antônio

CNPJ.: 15.156.557/0018-31

Rua Potiguaras 1430 - CEP: 17600-120 – Centro

Fone: (14) 3496-1881 FAX (14) 3491-3225

E-mail: foto.antonio@l@gmail.com



Entidade: Associação Sul Brasileira de Educação e Assistência Social – Lar Santo Antônio
Programa / Projeto: Amores de Savina I e II
Tipo de Atendimento: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de ambos os sexos na faixa etária de 04 a 06 e 06 a 15 anos
METAS /MÊS: Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - 110

OUTRAS FONTES DE ONDE PROVÊM OS RECURSOS PRÓPRIOS

FONTE		VALOR
Doações Pessoas Físicas/Jurídicas		
nov/18		7.088,04
dez/18		15.925,27
jan/19		7.056,26
fev/19		8.827,58
mar/19		9.174,98
abr/19		37.561,24
mai/19		7.026,63
jun/19		7.561,39
jul/19		26.374,10
ago/19		25.405,16
set/19		11.842,15
out/19		9.825,77
Total no período		173.668,57

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA A DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA

Relativamente aos documentos necessários para se obter a declaração de utilidade pública no âmbito do Estado de São Paulo, entendemos que, padronizando os requisitos da Lei n. 2.574/80, devam ser solicitados os seguintes documentos, para atender ao disposto em seu artigo 1º :

REQUISITOS PREVISTOS NO ART. 1º DA LEI EST. 2.574/80	
INCISO I	<u>estatuto</u> (cópia autenticada) acompanhado de <u>certidão</u> que comprove seu registro em cartório, no livro das pessoas jurídicas, com alterações (se houver)
INCISO II	<u>atas</u> de fundação e de reuniões ordinárias da diretoria ou <u>atestado de funcionamento</u> fornecido por autoridade pública local
INCISO III	<u>cláusula estatutária</u> em que conste expressamente que os cargos da diretoria não são remunerados e de que não há distribuição, direta ou indiretamente, de lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes, mantenedores ou associados ou declaração passada por autoridade pública local.
INCISO IV	<u>certificado de inscrição</u> no Conselho Estadual de Assistência Social ou no Conselho Municipal de Assistência Social (para entidades assistenciais)
INCISO V	<u>relatório</u> circunstanciado referente aos 3 (três) anos imediatamente anteriores à formulação da proposição
INCISO VI	<u>atestado de idoneidade moral</u> da diretoria fornecido por autoridade local
INCISO VII	<u>publicação</u> (original ou cópia autenticada) do demonstrativo da receita obtida e da despesa realizada no ano anterior à formulação da proposição

OBSERVAÇÕES

São consideradas autoridades locais, por exemplo, Prefeito, Delegado de Polícia, Juiz de Direito e Presidente da Câmara.

Salientamos que não “serão declaradas de utilidade pública entidades que atendam exclusivamente a seus sócios e respectivos dependentes” e que “nenhum favor do Estado decorrerá do título de utilidade pública” (art. 2º e art. 5º da Lei Estadual 2.574/80).

Por outro lado, “as entidades qualificadas como organizações sociais ficam declaradas como entidades de interesse social e utilidade pública para todos os efeitos legais” (art. 13 da Lei Estadual 846/98).

Lembramos ainda que não podem ser declaradas de utilidade pública as instituições de assistência social destinadas a recolher menores desamparados, cujas denominações contiverem os termos "asilo", "orfanato" ou "abrigo" (Lei estadual n. 9.994/67).



ASSOCIAÇÃO SUL BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

ASBEAS – Lar Santo Antônio
CNPJ.: 15.156.557/0018-31

Rua Potiguaras 1430 - CEP: 17600-120 - Centro
Fone: (14) 3496-1881 FAX (14) 3491-3225

E-mail: lta.santoantonio@igmail.com

Entidade: Associação Sul Brasileira de Educação e Assistência Social – Lar Santo Antônio
Programa / Projeto: Amores de Savina I e II
Tipo de Atendimento: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de ambos os sexos na faixa etária de 04 a 06 e 06 a 15 anos
METAS /Mês: Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - 110

FONTE		VALOR
ALUGUÉIS (Recebidos)		
nov/18	2.014,50	
dez/18	2.014,50	
jan/19	2.014,50	
fev/19	2.014,50	
mar/19	2.014,50	
abr/19	2.014,50	
mai/19	2.014,50	
jun/19	2.014,50	
jul/19	2.094,80	
ago/19	2.094,80	
set/19	2.094,80	
out/19	2.094,80	
Total no período		24.495,20

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA A DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA

Relativamente aos documentos necessários para se obter a declaração de utilidade pública no âmbito do Estado de São Paulo, entendemos que, padronizando os requisitos da Lei n. 2.574/80, devam ser solicitados os seguintes documentos, para atender ao disposto em seu artigo 1 :

REQUISITOS PREVISTOS NO ART. 1º DA LEI EST. 2.574/80	
INCISO I	<u>estatuto</u> (cópia autenticada) acompanhado de <u>certidão</u> que comprove seu registro em cartório, no livro das pessoas jurídicas, com alterações (se houver)
INCISO II	<u>atas</u> de fundação e de reuniões ordinárias da diretoria ou <u>atestado de funcionamento</u> fornecido por autoridade pública local
INCISO III	<u>cláusula estatutária</u> em que conste expressamente que os cargos da diretoria não são remunerados e de que não há distribuição, direta ou indiretamente, de lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes, mantenedores ou associados ou declaração passada por autoridade pública local.
INCISO IV	<u>certificado de inscrição</u> no Conselho Estadual de Assistência Social ou no Conselho Municipal de Assistência Social (para entidades assistenciais)
INCISO V	<u>relatório</u> circunstanciado referente aos 3 (três) anos imediatamente anteriores à formulação da proposição
INCISO VI	<u>atestado de idoneidade moral</u> da diretoria fornecido por autoridade local
INCISO VII	<u>publicação</u> (original ou cópia autenticada) do demonstrativo da receita obtida e da despesa realizada no ano anterior à formulação da proposição

OBSERVAÇÕES

São consideradas autoridades locais, por exemplo, Prefeito, Delegado de Polícia, Juiz de Direito e Presidente da Câmara.

Salientamos que não “serão declaradas de utilidade pública entidades que atendam exclusivamente a seus sócios e respectivos dependentes” e que “nenhum favor do Estado decorrerá do título de utilidade pública” (art. 2º e art. 5º da Lei Estadual 2.574/80).

Por outro lado, “as entidades qualificadas como organizações sociais ficam declaradas como entidades de interesse social e utilidade pública para todos os efeitos legais” (art. 13 da Lei Estadual 846/98).

Lembramos ainda que não podem ser declaradas de utilidade pública as instituições de assistência social destinadas a recolher menores desamparados, cujas denominações contiverem os termos "asilo", "orfanato" ou "abrigo" (Lei estadual n. 9.994/67).



ASSOCIAÇÃO SUL BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

ASBEAS – Lar Santo Antônio
CNPJ.: 15.156.557/0018-31

Rua Potiguaras 1430 - CEP: 17600-120 – Centro
Fone: (14) 3496-1881 FAX (14) 3491-3225

E-mail: lar.santoantonio@asbeas.com

Entidade: Associação Sul Brasileira de Educação e Assistência Social – Lar Santo Antônio
Programa / Projeto: Amores de Savina I e II
Tipo de Atendimento: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de ambos os sexos na faixa etária de 04 a 06 e 06 a 15 anos
METAS /Mês: Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - 110

FONTE	VALOR
PROMOÇÕES REALIZADAS	
nov/18	
dez/18	16.410,00
jan/19	
fev/19	
mar/19	4.755,00
abr/19	1.210,00
mai/19	26.536,00
jun/19	681,69
jul/19	1.305,00
ago/19	22.155,00
set/19	
out/19	
Total no período	73.052,69



ASSOCIAÇÃO SUL BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

ASBEAS – Lar Santo Antônio
CNPJ.: 15.156.557/0018-31

Rua Potiguaras 1430 - CEP: 17600-120 – Centro
Fone: (14) 3496-1881 FAX (14) 3491-3225
E-mail: : foto.antonio@uqmail.com

Entidade: Associação Sul Brasileira de Educação e Assistência Social – Lar Santo Antônio
Programa / Projeto: Amores de Savina I e II

Tipo de Atendimento: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de ambos os sexos na faixa etária de 04 a 06 e 06 a 15 anos

METAS /MÊS: Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - 110

FONTE		VALOR
VALOR RETIDO DOS ATENDIDOS (Ex. aposentadoria, BCP-idoso/deficiente, % menor aprendiz)		
nov/18		
dez/18		
jan/19		
fev/19		
mar/19		
abr/19		
mai/19		
jun/19		
jul/19		
ago/19		
set/19		
out/19		
Total no período		

ASSOCIAÇÃO SUL BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

ASBEAS – Lar Santo Antônio
CNPJ.: 15.156.557/0018-31



Rua Potiguaras 1430 - CEP: 17600-120 - Centro
 Fone: (14) 3496-1881 FAX (14) 3491-3225
 E-mail: lar.santoantonio@ymail.com

Entidade: **Associação Sul Brasileira de Educação e Assistência Social – Lar Santo Antônio**
 Programa / Projeto: **Amores de Savina I e II**
 Tipo de Atendimento: **Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de ambos os sexos na faixa etária de 04 a 06 e 06 a 15 anos**
 METAS /Mês: **Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - 110**

FONTE		VALOR
Outras/ Receitas Financeiras		
nov/18		576,05
dez/18		474,19
jan/19		544,02
fev/19		522,81
mar/19		466,38
abr/19		524,59
mai/19		714,30
jun/19		555,63
jul/19		653,66
ago/19		733,58
set/19		600,66
out/19		549,49
Total no período		6.915,36
TOTAL GERAL RECURSOS PRÓPRIOS		278.131,82
Total Geral		419.356,69

Ir. Estelina Santos
 Ir. Estelina Santos
 RG.: 00.714.971-96 - SSP - BA
 CPF.: 125.940.164-20

Art. 64 – Compete ao Diretor de uma Instituição Mantida:

- a) cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto, a legislação em vigor, o Regimento Interno, as determinações da Assembléia Geral e da Diretoria Geral da **ASBEAS**;
- b) representar a Instituição Mantida junto às repartições públicas municipais, estaduais e federais, órgãos e instituições particulares, por delegação do Diretor Presidente;
- c) abrir, movimentar e encerrar contas bancárias juntamente com um Procurador constituído pelo Diretor Presidente da **ASBEAS**;
- d) gerir as finanças e cuidar da administração da Instituição Mantida em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Diretoria Geral da **ASBEAS**, sob a coordenação e orientação da mesma;
- e) executar as demais atribuições inerentes ao bom e fiel cumprimento do seu mandato.

Art. 65 - A ASBEAS não responde pelos compromissos assumidos pelas Instituições Mantidas e/ou por seus dirigentes, a não ser nos casos em que expressamente tenha declarado fazê-lo, mediante instrumento idôneo, na forma da lei e do presente Estatuto.

Art. 66 - Os resultados financeiros apurados nas Instituições Mantidas, seja déficit, seja superávit, pertencem à **ASBEAS**, que os assimilará, atendendo aos objetivos estatutários, bem como todos os demais benefícios e prerrogativas previstos pela legislação vigente no país.

Capítulo III
DOS PROJETOS E PROGRAMAS

13.11.2014 DE T. P. A.
CÓPIA APRESENTADA
PELA PARTE.

Art. 67 – Entende-se por Projetos e Programas as ações estruturadas, permanentes ou não, de assistência social, saúde, cultura ou ensino, vinculada à **ASBEAS** ou a uma de suas Instituições Mantidas, na forma da legislação vigente, particularmente da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e das regulamentações do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

§ 1º - Os Projetos e Programas poderão ter designação de fantasia própria e se regerão pelo presente Estatuto, pelo Regimento Interno da **ASBEAS**, se for o caso, e por Regimento próprio se necessário.

§ 2º - Os Projetos e Programas são instituídos pela Diretoria Geral que lhe fixa as finalidades e as condições de funcionamento, bem como lhes nomeia os responsáveis, atribuindo-lhes competência necessária ao desempenho de suas funções.

§ 3º - Atuam nos Projetos e Programas os Associados da **ASBEAS**, seus empregados e/ou colaboradores e/ou voluntários.

§ 4º - Os Projetos e Programas podem, sempre em nome da **ASBEAS**, se inscreverem junto aos Conselhos de Assistência Social, de Defesa dos Direitos da Infância e da Adolescência e outros congêneres, nos âmbitos Municipais, Estaduais e Distrital.

Eduardo de Rezende Bastos Pereira
Advogado – OAB/MG 44.960

de Letras e Ciências
CENTRO
1940
UPA - SP

ESTATUTO

**ASSOCIAÇÃO SUL BRASILEIRA
DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA
SOCIAL-ASBEAS**

Art. 9º - A ASBEAS pode editar livros, revistas, apostilas, material audiovisual e de tecnologia de informação com fins exclusivamente didático-pedagógicos e culturais.

Art. 10 - Observadas as determinações contidas no art. 61 e seus parágrafos, da Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, a ASBEAS poderá receber e assumir o patrimônio remanescente de outras associações congêneres ou afins.

Capítulo III

DA SEDE E FORO

Art. 11 - A ASBEAS, tem sede e foro na Cidade e Comarca de Recife, Estado do Pernambuco, na Estrada do Arraial, nº 2740, Bairro Tamarineira, CEP 52051-380.

Parágrafo Único - A ASBEAS poderá, por deliberação da sua Assembléia Geral, manter Instituição que abrigue a sua Administração Central em local distinto ao da Sede, com o fim de melhor atender às necessidades de sua gestão.

Capítulo IV

DA DURAÇÃO

Art. 12 - A duração da ASBEAS é por prazo indeterminado.

TÍTULO II

DA CONSTITUIÇÃO, GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO

Capítulo Único

CONSTITUIÇÃO, GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO

Art. 13 - A ASBEAS é organizada e constituída por seus Associados, admitidos na forma deste Estatuto, por sua Sede, suas Instituições Mantidas, por seu patrimônio, por todos os bens imóveis, escriturados e registrados em seu nome, sendo a única responsável por sua administração, bem como pelos ônus e benefícios que disto advêm.

Art. 14 - A ASBEAS é governada pela Assembléia Geral, dirigida e administrada pela Diretoria Geral e fiscalizada pelo Conselho de Assuntos Econômicos e Fiscais.

11/11/2011 11:11 AM

ALVARO GRANIEL - ESCREVENTE
RICARDO PIZANI - ESCREVENTE
MARILISSA PASSOS - ESCREVENTE
VICTOR LUCAS OLIVEIRA PASSOS - ESCREVENTE
VITORIA GUIL E SILVA - ESCREVENTE
LUCAS GUIL E SILVA - ESCREVENTE

101

Instituto de Defesa do Meio Ambiente - INDEMA
 Rua Capões, 1746 - Centro - Lapa - SP - 11800-410
 Tel: (11) 3081-7300 - Fax: (11) 3081-7301 - www.indeima.org.br

A hand-drawn diagram of a cell. At the center is a nucleus containing a nucleolus. Surrounding the nucleus are various organelles, including mitochondria, Golgi apparatus, and endoplasmic reticulum. The cell is bounded by a cell membrane. The drawing is done in black ink on a white background.

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE MORAL

Nós abaixo assinados, DECLARAMOS para os devidos fins, que conhecemos o Sr. (a) Iranete de Oliveira portador (a) do documento de identidade 870.638 há mais de dois anos, e sabemos tratar-se de cidadão (ã) de conduta irreprovável, não sendo de nosso conhecimento nada que o (a) desabone até a presente data.

Tupã, Trinta (30), de outubro de 2010
Paulo Cesar Pardo Soares
Delegado de Polícia

Assinatura:

Nome:

Endereço:

Paulo Cesar Pardo Soares
Rua Boracanga, 621, Tupã - SP.

Assinatura:

Nome:

Endereço:

ROBERTO JOSÉ FERNANDES BOMFIM DELEGADO DE POLÍCIA
RUA MACIS Nº 499 - TUPÃ SP. TUPÃ - SP

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE MORAL

Nós abaixo assinados, DECLARAMOS para os devidos fins, que conhecemos o Sr. (a) Maria Francisca da Silva portador (a) do documento de identidade 00.950.156-8 há mais de dois anos, e sabemos tratar-se de cidadão (ã) de conduta irreprovável, não sendo de nosso conhecimento nada que o (a) desabone até a presente data.

Tupã, Tupã (30), de outubro 20 20

Assinatura:

Nome:

Endereço:

Paulo César Pardo Soares

Paulo César Pardo Soares
Delegado de Polícia

Rua Serenos, 621, Tupã - SP

Roberto José Fernandes Bonfim

Assinatura:

Nome:

Endereço:

ROBERTO JOSÉ FERNANDES BONFIM
RUA MAURI Nº 489 TUPÃ SP.

DELEGADO DE POLÍCIA
TUPÃ - SP

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE MORAL

Nós abaixo assinados, DECLARAMOS para os devidos fins, que conhecemos o Sr. (a) Laundes de Fátima Alves de Assis portador (a) do documento de identidade 13.322.170-2 há mais de dois anos, e sabemos tratar-se de cidadão (ã) de conduta irreprovável, não sendo de nosso conhecimento nada que o (a) desabone até a presente data.

Tupã, Trinta (30), de outubro 2020

Assinatura:

Nome:

Endereço:

Paulo César Pardo Soares
Delegado de Polícia
Rua Dorobas, 621, Tupã - SP.

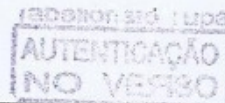
Assinatura:

Nome:

Endereço:

ROBERTO JOSE FERNANDES DOMAM
DELEGADO DE POLÍCIA
RUA MACUS Nº 499 - TUPÃ - SP.

TÍTULO VII DAS GRATUIDADES



Capítulo Único DAS GRATUIDADES

Art. 80 – No atendimento de suas finalidades constantes deste Estatuto, a **ASBEAS**, em sua ação de assistência social, educacional e filantrópica, concede gratuidades integrais e/ou parciais na prestação de seus serviços e na utilização de seus bens móveis e imóveis, objetivando a promoção da coletividade e do bem comum.

Parágrafo Único - As gratuidades totais e parciais concedidas aos seus assistidos e destinatários devem ser registradas e contabilizadas para conhecimento dos Associados, da Sociedade Civil e do Governo.

Art. 81 – As gratuidades são concedidas pela **ASBEAS**, a critério de sua Diretoria Geral, mediante a aferição da necessidade econômica e financeira de seus assistidos e destinatários.

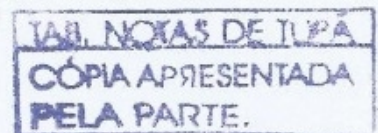
Parágrafo Único. Na concessão de gratuidades, totais e parciais, a **ASBEAS** não fará qualquer discriminação de raça ou etnia, sexo, nacionalidade, idade, cor, orientação sexual, credo religioso, político ou condição social, observadas as disposições legais.

Art. 82 – A **ASBEAS** deve manter organizado o gerenciamento de suas gratuidades, sendo estes benefícios sociais e filantrópicos controlados por planilhas e relatórios.

Art. 83 – O acompanhamento técnico e o gerenciamento das gratuidades totais e parciais concedidas pela **ASBEAS** são assegurados por profissional da assistência social devidamente habilitado.

TÍTULO VIII

DA REFORMA DO ESTATUTO



Capítulo Único DA REFORMA DO ESTATUTO

Art. 84 – O Estatuto poderá ser reformado, total ou parcialmente, pela Assembléia Geral, especificamente convocada para este fim, que se instala, funciona e delibera validamente em primeira convocação, com a maioria absoluta de seus membros de direito, e, em segunda e última convocação, uma hora após, com o mínimo de um terço (1/3) de seus membros de direito, sendo exigido o voto concorde de dois terços dos presentes para a validade das deliberações, nos termos do parágrafo único, do art. 59, da Lei Federal nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002.

Eduardo de Rezende Bastos Pereira
Advogado – OAB/MG 44.960

Art. 1º - O presente Estatuto Social da Associação dos Advogados da Barra do Rio Negro, inscrita no CNPJ nº 08.948.000/0001-00, tem por objeto a representação dos interesses dos advogados da Barra do Rio Negro, visando a defesa dos seus direitos e a promoção da justiça.

Art. 2º - A Associação dos Advogados da Barra do Rio Negro, inscrita no CNPJ nº 08.948.000/0001-00, é uma entidade sem fins lucrativos, regida pelo Estatuto Social e pelo Regulamento Interno, e tem por finalidade a defesa dos interesses dos advogados da Barra do Rio Negro.

Art. 3º - A Associação dos Advogados da Barra do Rio Negro, inscrita no CNPJ nº 08.948.000/0001-00, é uma entidade sem fins lucrativos, regida pelo Estatuto Social e pelo Regulamento Interno, e tem por finalidade a defesa dos interesses dos advogados da Barra do Rio Negro.

Art. 4º - A Associação dos Advogados da Barra do Rio Negro, inscrita no CNPJ nº 08.948.000/0001-00, é uma entidade sem fins lucrativos, regida pelo Estatuto Social e pelo Regulamento Interno, e tem por finalidade a defesa dos interesses dos advogados da Barra do Rio Negro.

Art. 5º - A Associação dos Advogados da Barra do Rio Negro, inscrita no CNPJ nº 08.948.000/0001-00, é uma entidade sem fins lucrativos, regida pelo Estatuto Social e pelo Regulamento Interno, e tem por finalidade a defesa dos interesses dos advogados da Barra do Rio Negro.

Art. 6º - A Associação dos Advogados da Barra do Rio Negro, inscrita no CNPJ nº 08.948.000/0001-00, é uma entidade sem fins lucrativos, regida pelo Estatuto Social e pelo Regulamento Interno, e tem por finalidade a defesa dos interesses dos advogados da Barra do Rio Negro.

Art. 7º - A Associação dos Advogados da Barra do Rio Negro, inscrita no CNPJ nº 08.948.000/0001-00, é uma entidade sem fins lucrativos, regida pelo Estatuto Social e pelo Regulamento Interno, e tem por finalidade a defesa dos interesses dos advogados da Barra do Rio Negro.

Art. 8º - A Associação dos Advogados da Barra do Rio Negro, inscrita no CNPJ nº 08.948.000/0001-00, é uma entidade sem fins lucrativos, regida pelo Estatuto Social e pelo Regulamento Interno, e tem por finalidade a defesa dos interesses dos advogados da Barra do Rio Negro.

Art. 9º - A Associação dos Advogados da Barra do Rio Negro, inscrita no CNPJ nº 08.948.000/0001-00, é uma entidade sem fins lucrativos, regida pelo Estatuto Social e pelo Regulamento Interno, e tem por finalidade a defesa dos interesses dos advogados da Barra do Rio Negro.

Art. 10º - A Associação dos Advogados da Barra do Rio Negro, inscrita no CNPJ nº 08.948.000/0001-00, é uma entidade sem fins lucrativos, regida pelo Estatuto Social e pelo Regulamento Interno, e tem por finalidade a defesa dos interesses dos advogados da Barra do Rio Negro.

Art. 11º - A Associação dos Advogados da Barra do Rio Negro, inscrita no CNPJ nº 08.948.000/0001-00, é uma entidade sem fins lucrativos, regida pelo Estatuto Social e pelo Regulamento Interno, e tem por finalidade a defesa dos interesses dos advogados da Barra do Rio Negro.

Art. 12º - A Associação dos Advogados da Barra do Rio Negro, inscrita no CNPJ nº 08.948.000/0001-00, é uma entidade sem fins lucrativos, regida pelo Estatuto Social e pelo Regulamento Interno, e tem por finalidade a defesa dos interesses dos advogados da Barra do Rio Negro.

Art. 13º - A Associação dos Advogados da Barra do Rio Negro, inscrita no CNPJ nº 08.948.000/0001-00, é uma entidade sem fins lucrativos, regida pelo Estatuto Social e pelo Regulamento Interno, e tem por finalidade a defesa dos interesses dos advogados da Barra do Rio Negro.

Art. 14º - A Associação dos Advogados da Barra do Rio Negro, inscrita no CNPJ nº 08.948.000/0001-00, é uma entidade sem fins lucrativos, regida pelo Estatuto Social e pelo Regulamento Interno, e tem por finalidade a defesa dos interesses dos advogados da Barra do Rio Negro.

Art. 15º - A Associação dos Advogados da Barra do Rio Negro, inscrita no CNPJ nº 08.948.000/0001-00, é uma entidade sem fins lucrativos, regida pelo Estatuto Social e pelo Regulamento Interno, e tem por finalidade a defesa dos interesses dos advogados da Barra do Rio Negro.

Art. 16º - A Associação dos Advogados da Barra do Rio Negro, inscrita no CNPJ nº 08.948.000/0001-00, é uma entidade sem fins lucrativos, regida pelo Estatuto Social e pelo Regulamento Interno, e tem por finalidade a defesa dos interesses dos advogados da Barra do Rio Negro.

Art. 17º - A Associação dos Advogados da Barra do Rio Negro, inscrita no CNPJ nº 08.948.000/0001-00, é uma entidade sem fins lucrativos, regida pelo Estatuto Social e pelo Regulamento Interno, e tem por finalidade a defesa dos interesses dos advogados da Barra do Rio Negro.

Valor: R\$ 2,00. Válido somente com o selo de autenticidade.

1. FERNANDA ROIZ E SILVA - ESCREVENTE

2. ALCIOZ LUCAS OLIVEIRA PASSOS - ESCREVENTE

3. LARISSA PIZANI - ESCREVENTE

4. RICHARD GRANIERI - SUBSTITUTO TABELIAO

5. LUIS HENRIQUE FARIAS DA SILVA - TABELIAO DESIGNADO

13/05/2014

333 AUTENTICACAO 833

Imprensa Oficial do Estado de São Paulo

Rua Caspary, 1188 - Centro - Jd. SP - 17600-140

Fone: (14) 3441-1400 - www.saojuliao.sp.gov.br

UFV-0

14/05/2014

14/05/2014

EMITIDO

LETRAS E TIPOGRAFIA

MENTO

ITALIANO

1991-88-1991

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

C M A - 23ª BDA INF SL

CIA CMDO - 03097-3

(Nº. Ordem)

FOLHA DE ALTERAÇÕES

Guarnição MARABÁ-PA

Folha N.º 1

Nome: **GILBERTO NEVES CRUZ**

Posto (ou Graduação): **2º SARGENTO**

Arma (Serviço ou Qualificação) **INFANTARIA**

Identidade: **016506632-5**

CP: **63.995-5**

1º Semestre de 1991

Período: de 01 a 25 Jan

1ª PARTE

JANEIRO:

- A 15, BI Nr 010 - concedeu-lhe 01 dia de dispensa como recompensa a contar de 14 Jan 91, devendo se apresentar pronto para o serviço em 15 Jan 91.

- apresentou-se em 15 Jan 91, por término de dispensa como recompensa e estar pronto para o serviço.

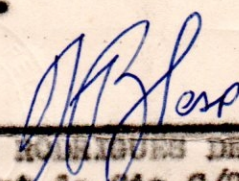
- A 31, BI Nr 022 - foi desligado do nº de adidos a esta Cia Cmdo, a contar de 25 Jan 91, por ter sido transferido para o TG-02/035 (São Carlos-SF) e cessar os motivos pelos quais se encontrava adido.

- concedeu-lhe 30 dias de trânsito a contar de 26 Jan 91.

2ª PARTE

- | | |
|--|-------------|
| 1. TEMPO COMPUTADO DE EFETIVO SERVIÇO (TC) | 00a 01m 01a |
| Arregimentado | 00a 01m 01a |
| - De 01 a 25 Jan 91 - Pronto na CM. | |
| 2. TEMPO DE SERVIÇO NACIONAL RELEVANTE | 04a 01m 10a |
| - De 16 Dez 86 a 25 Jan 91 - Cia C/23ª Bda Inf Sl | |
| 3. TEMPO DE SERVIÇO EM GU ESPECIAL DE 1ª CATEGORIA | 04a 01m 10a |
| - De 16 Dez 86 a 25 Jan 91 - Cia C/23ª Bda Inf Sl | |
| 4. T S C M M (até 25 Jan 91) | 14a 00m 12a |
| 5. COMPORTAMENTO: Excepcional. | |

Marabá, PA, 30 de abril de 1991.


NILTON RODRIGUES DE SOUZA

Cap Inf - Cmd da Cia C/23ª Bda Inf Sl

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

C M A — 23ª BDA INF SL

52ª BIS — 01040-5

(N.º de Ordem)

FOLHA DE ALTERAÇÕES

GUARNIÇÃO MARABÁ, PA

FOLHA N.º 1

NOME: **GILBERTO NEVES CRUZ**

POSTO (ou GRADUAÇÃO): **3º SARGENTO**

ARMA (SERVIÇO OU QUALIFICAÇÃO): **INFANTARIA**

IDENTIDADE: **016506632-5**

CP: **63995**

2º SEMESTRE DE 19 80

PERÍODO: de 01 JUL a 15 OUT

1ª PARTE

1. **EXCLUSÃO** - Bol DGP nº 96, de 02 Ago 80 - TRANSF NEC/SV, para o 31ª BIMTZ (Caicó-RN), permanecendo adido de acordo com § 4º 66 RAE.
2. **DESLIGAMENTO-TRÂNSITO** - BI nº 195, de 15 Out 80, desligado nesta data, entrando em 30(trinta), dias de trânsito a contar de 16 Out 80.

2ª PARTE

1. **TEMPO COMPUTADO DE EFETIVO SERVIÇO (TC)**..00a 03m 15d
 - a. Arregimentado.....00a 03m 15d
 - b. Não Arregimentado.....00a 00m 00d
 2. **TEMPO NÃO COMPUTADO (TNC)**.....00a 00m 00d
- COMPORTAMENTO: " B O M "

3ª PARTE

1. FUNÇÕES

- BI nº 178, de 22 Set 80 - Assumiu a contar de 10 Set 80, a Função de 2º Sgt Auxiliar de Pessoal do Grupo de Pessoal da Seção de Administração do Pelotão de Serviço da CCSv.

2. DOCUMENTOS

a. APRESENTAÇÃO

- BI nº 121, de 01 Jul 80 - Apresentou (uma) certidão de Casamento nº 0247, datada de 26 Jun 80, passada pelo Cartório de Registro Civil Alberto Santis, consta o Matrimônio com Artª Margareth Cerqueira Leite, ocorrido no dia 31 Mai 80, a qual passou a assinar-se Margeth Leite Cruz.

3. TRANSFERÊNCIA

- BI nº 166, de 03 Set 80, Rd TRANSCRIÇÃO - 52ª BIS MBA nº 5120 S3 SSI DE 01 SET 80 PT INFO BOL DGP NR / 96 DE 02 AGO 80 PUB TRANSF NEC SV VG 3ª SGT 016506 - 63245 VG GILBERTO NEVES CRUZ OM 07/101 VG CP 63995 / DESSA OM PARA 31ª BIMTZ (CAICÓ-RN) PT DESP CONTA /